

A ASCENSÃO DOS DEBATES SOBRE DIREITOS LGBT NA ONU

João Paulo Ribeiro Rodrigues (joaopaulorodrigues@gmail.com)

A agenda LGBT na Organização das Nações Unidas (ONU) é hoje bastante distinta daquela que encontramos no final do século XX. Negligenciada, a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU se inicia nos anos 1990, marco importante nos estudos internacionais sobre direitos humanos. O movimento LGBT veio a reivindicar e fazer pressão junto às organizações internacionais, como a ONU, em prol dos direitos das pessoas LGBT e da ascensão dos debates sobre orientação sexual e identidade de gênero (SOGI). Essa externalização de contentions tem como motivação, principalmente, a ineficiência ou inexistência dos canais de comunicação entre a sociedade civil e os governos no que tangencia aos processos de reivindicações. Assim, os movimentos tendem a acessar os atores e ambientes internacionais para obterem, posteriormente, respostas locais. Atento a isso, o presente trabalho, que se utilizou da revisão bibliográfica e análise de documentos, relatórios e resoluções da ONU e de ONGs, em destaque, a ILGA e Anistia Internacional, objetivou analisar: como se deu o processo de ascensão dessa pauta de direitos ao longo dos anos na agenda da ONU? Para tanto, compreendendo a ONU em seu caráter burocrático de plataforma organizacional com legitimidade internacional. Em linhas gerais, a inserção da pauta LGBT à agenda da ONU apresentou forte resistência. Sendo início na década de 1990, foi apenas na segunda metade dos anos 2000 que passou a ter significativa ressonância. O trabalho também buscou elucidar analiticamente, nos processos de negociação da organização, a estratégia de articulação transnacional do movimento LGBT e das ONGs, que passaram a ocupar os fóruns internacionais de direitos humanos e a realizar investigações a respeito de violações dos direitos LGBT. Aqueles organizaram-se em redes transnacionais de advocacy e desenvolveram o frame de direitos LGBT como direitos humanos, devido a maior fluidez e aceitabilidade deste. E, por fim, em observância aos debates entre os Estados na organização, foi analisado o processo político de negociações e mapeado quais foram os países que se mobilizaram pela ascensão da pauta ao longo dos anos e quais mantiveram posicionamento contrário, além dos ganhos normativos que as negociações obtiveram. Até o momento, foram adotadas 3 resoluções – em 2011, 2014 e 2016 – no Conselho de Direitos Humanos, que possibilitaram a realização de relatórios sobre as violações de direitos humanos baseadas em SOGI e, também, a criação de um Especialista Independente para estudo profundo do caso. Ao longo do tempo, países da União Europeia, do Sul Global, como Brasil e África do Sul, e Canadá posicionaram-se a favor da pauta. Em oposição, estiveram os Estados das Organizações para Cooperação Islâmica (OCI) e a Santa Sé. Em suma, o frame de direitos LGBT como direitos humanos foi consolidado e a pauta conseguiu adentrar à agenda da ONU. No entanto, as violências são crescentes e os trabalhos desenvolvidos pela organização quanto à temática ainda precisa ser aprimorado e expandido.

Palavras-chave: LGBT, ONU, Direitos Humanos.